

Clube agrícola em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola

Neide Almeida Fiori

Resumo

Este texto tem por objetivo analisar o ruralismo brasileiro da década de 1940, expresso nas ações dos Clubes Agrícolas Escolares. Apoiou-se em resultados de pesquisa bibliográfica, de legislação e principalmente em documentação escolar, sendo que o estado de Santa Catarina constituiu-se na principal unidade de análise. Quanto aos Clubes Agrícolas, estuda os objetivos, o funcionamento, as relações com o Ministério da Agricultura e o governo estadual, como parte do processo de poder disciplinar. Também abordará o pensamento de Alberto Torres como elemento de sustentação ideológica desses Clubes.

Palavras-chave

Associações Agrícolas; Ensino Agrícola; Ruralismo; Torres, Alberto, 1865-1917.

Professora do Mestrado em
Educação do Centro de Ciências
Humanas e de Letras da Uni-
versidade do Sul de Santa
Catarina -UNISUL
Doutora em Sociologia

Começando a conversa

O ruralismo, trilhando um caminho acidentado, chegou às escolas. Eis o tema geral do presente estudo. O recorte geográfico é o estado de Santa Catarina, contudo as análises efetuadas poderão ser úteis em reflexões dirigidas a outras regiões do país. O método utilizado exigiu certa especificidade, pois, além da tradicional pesquisa bibliográfica e de legislação, foram investigados arquivos públicos e particulares em busca de documentos escolares, dos quais foram priorizados os escritos por alunos.

No processo de pesquisa considerou-se importante analisar o ruralismo não apenas na perspectiva que o concebe como movimento político e sistema de representações, mas enfocando também as *agências*, e seus *agentes*, responsáveis pela sua implementação. Nesse sentido, foram pesquisados os Clubes Agrícolas Escolares de Santa Catarina e os alunos-sócios, do período de 1930 a 1945.

As noções de *campo* e de *cidade* têm sido interpretadas como um binômio ligado a diferentes conjuntos de valores e representações. De um lado, o *campo* tem figurado como um lugar de ignorância, de atraso e de conservadorismo; de outro, a *cidade* costuma ser relacionada com o progresso, a industrialização, o saber. Contudo, a observação histórica do processo de construção do capitalismo não confirma esse simplismo interpretativo que mascara as fortes vinculações existentes entre *campo* e *cidade*.

Na virada do século XIX para o século XX, as relações entre *campo* e *cidade* viveram uma fase de fortes tensões. Situações dessa ordem, nas regiões urbanizadas da Europa, originaram movimentos sociais como, no caso da França, o liderado por Jules Méline - o *retour à la terre* (1890-1914). Uma verdadeira vertente do movimento ruralista francês que logo ultrapassou fronteiras; considerava necessária a implementação de uma nova política agrícola e, desde seu início, apontou a importância de se organizar um sistema de ensino agrícola capaz de influir nos modos de pensar e de agir do campesinato.

No Brasil, a urbanização ainda era frágil. No ano de 1900, o Rio de Janeiro, então capital do país, tinha uma população de 691.565 habitantes; e a cidade de São Paulo apenas 239.820. Enfim, a população brasileira apresentava um forte caráter rural, que se acentuou com a chegada de novos contingentes de imigrantes estrangeiros, os colonos, que se instalaram nas regiões rurais. Os dados revelam bem esses fatos: no ano de

1872, 60% da população do país morava no campo; nos anos de 1900 e 1920, respectivamente, 64% e 70%. Alguns anos depois, em 1940, 71,7% da população brasileira vivia em zona rural (CARONE, 1988, p.5-6).

Como é deveras conhecido, havia então uma enorme influência da cultura francesa no Brasil, muito evidente no caso da educação secundária, que, com seu ensino humanista, conservador e católico, seguia o modelo da França da Restauração (NEEDELL, 1993, p.75). Assim, não havia condições contextuais para que os interessados nas questões ruralistas ficassem, como os franceses, clamando pelo *retour aux champs*.

Deste modo, o ruralismo brasileiro acabou adquirindo um perfil específico. Apoiou-se no pressuposto de que o país possuía “uma vocação eminentemente agrícola” – representação que vai unir inexoravelmente os destinos da nação e da agricultura, conferindo um certo ar sagrado à última. Contudo, a defesa dessa bandeira ocultava articulações, nacionais e regionais, que buscavam, desde então, a institucionalização, junto ao aparelho de Estado principalmente mas também junto à sociedade civil, de interesses agrários que estavam em posição não hegemônica.

Com base nestas considerações, nos tempos da Primeira República, o ruralismo pode ser definido como “um movimento político integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária e sustentado por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas.” (MENDONÇA, 1997, p.13).

Nesse tempo, o ruralismo brasileiro não apresentava marcante interesse pela questão educacional; não havia ainda clima para um efetivo ruralismo pedagógico. Ocorriam algumas preocupações difusas, algumas atitudes concretas, mas não emergira uma nítida consciência da dicotomia existente entre escola urbana e escola rural. Por certo, sabia-se haver diferenças, no entanto, estas eram situadas mais no âmbito dos modelos de treinamento ou como um instrumento de categorização: a escola rural, em oposição à urbana, era a escola da pobreza, do atraso, do isolamento. Como aponta Jorge Nagle em seu estudo Educação e sociedade na Primeira República:

A verdade é que a ruralização do ensino, na década dos vinte, constitui mais uma ideologia em desenvolvimento. Isso quer dizer que vai progressivamente se estruturando como um corpo de idéias por meio das quais são encobertos determinados interesses, mas de maneira

que, nesse decênio, os resultados práticos ainda não se manifestaram inteiramente, no sentido de fornecerem uma conformação especial às instituições escolares. (NAGLE, 1976, p.235).

Todavia, a situação se modifica progressivamente e no bojo de alterações significativas de ordem social e política, que ocorrerão na sociedade brasileira nas décadas de 1930 e 1940, ficarão evidentes os frutos da maturação do ruralismo pedagógico. Somente então ocorrem estratégias mais sofisticadas em termos de formas de agir, mas sempre se ocupando com a questão nacional. Qual o sentido do termo? Segundo o exposto por Michel de Certeau em *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, endossa-se o conceito de estratégia como “o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado.” (CERTEAU, 1994, p.99).

Esse isolamento inicialmente significa apenas a possibilidade de uma dada realidade ser circunscrita como algo próprio (no caso, a escola com suas especificidades); e exigirá um desdobramento, no sentido de tornar-se uma “base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes, os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.).” (CERTEAU, 1994, p.99-100). Deste modo, as estratégias vão gerar “ações calculadas” – as táticas. Neste estudo, considera-se as escolas elementares como parte fundamental das estratégias e se situa as ações implementadas pelos Clubes Agrícolas Escolares no âmbito das táticas.

O clube agrícola escolar

A visão da escola como instituição capaz de aglutinar os alunos em torno de assuntos agrícolas é bastante antiga. Expressivos nomes, já no começo do século XX, ocupavam-se com o assunto: o sanitarista Belizário Pena, o educador Sud Menucci, o estatístico Teixeira de Freitas; e ainda Silvio Romero. Como o mais relevante, indica-se Alberto Torres (1865-1917) que terá um importante papel nos rumos do ruralismo pedagógico brasileiro. Melhor dizendo, sua influência advirá de *agentes*, como os intelectuais da década de 1930 que efetuaram uma apropriação de seu pensamento, e de *agências* que, das mais variadas formas, vão se re-

lacionar com o mundo das idéias que Torres defendeu; uma das mais importantes era o entendimento de que o Brasil tinha uma “vocação agrícola” que necessitava ser respeitada.

No âmbito da escola, os Clubes Agrícolas receberam a responsabilidade de, mais de perto e atentamente, relacionarem-se com “a vocação agrícola do Brasil” e com a questão do êxodo rural, que se tornará um problema de debate nacional. Em texto do ano de 1935, o assunto êxodo rural *versus* Clubes Agrícolas Escolares assim figurou em publicação da Associação Brasileira de Educação:

O êxodo rural no Brasil já constitui um fenômeno sensível nas regiões em que predomina o regime industrial. Representa esse fato uma verdadeira aberração, considerando que o país luta com a falta de braços e vive, apesar disso, do que produzem os campos que abastecem os mercados internos e concorrem com a quase totalidade das riquezas exportadas.

Um dos meios de deter e prevenir o surto das migrações do *hinterland*, para os centros consumidores é tornar a escola primária um forte núcleo de atuação ruralista, objetivo alcançável pela projeção social dos educandários e pela decisiva influência que podem eles exercer na formação de gerações vinculadas à terra. As instituições periescolares e, sobretudo, os Clubes Agrícolas Escolares são os órgãos mais eficientes dessa atuação socializante em benefício da comuna sertaneja. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1941, p.38).

Nos rumos do ensino, na década de 1930, influíam dois fatores importantes:

- a) *o êxodo rural*, empreendido pela população de origem “brasileira” que, procurando as cidades em busca de assistência social, de trabalho nas indústrias e também com o objetivo de propiciar instrução escolar a seus filhos, chegava às cidades e era necessário que fossem providenciadas escolas urbanas para as crianças;
- b) *a nacionalização*, voltada para a população rural de origem “estrangeira” que, sem sentir atração pelas cidades, continuava vivendo em núcleos coloniais rurais, onde, em virtude da falta de escolas brasileiras eram fundadas associações escolares estrangeiras. Tratava-se de uma população que permanecia no campo, o que tornava urgente a implantação de escolas rurais.

Com o objetivo de criar um consenso nacional em torno de idéias-base referentes ao ensino rural, incluindo-se aí as relacionadas com os Clubes Agrícolas, foi realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Ensino Rural, de 24 a 27 de agosto de 1937, na cidade de São Paulo. O evento considerou, como um objetivo inadiável, o “trabalho de ruralização das escolas do campo, de modo que a criança do interior seja educada de maneira adequada.” (SÃO PAULO, 1937, p.9) Como cumprir essa proposta? Mediante a “oficialização e fundação dos Clubes Agrícolas Escolares.” Até então a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, fundada em 1932 no Rio de Janeiro, era quem estimulava a criação desses Clubes. Ao ser aprovada a “oficialização”, emergiram maiores possibilidades para uma ação conjunta entre o Estado e essa Sociedade.

No ano de 1920, os habitantes das zonas rurais brasileiras perfaziam 70% da população total. Estes serão muito afetados pela crise de 1929 que acarretará a diminuição do fluxo de entrada de imigrantes e a queda dos preços agrícolas. Trata-se de tempos em que o desemprego rural e urbano trazia incertezas ao trabalhador. É verdade que naquele momento era grande o número de pessoas que procuravam o interior e o governo, em procedimento paliativo, até oferecia auxílio para esse retorno. Mas logo nordestinos, baianos e mineiros cruzam o caminho inverso e, buscando trabalhos agrícolas ou citadinos, começam a se dirigir para o eixo que envolvia o Rio de Janeiro e São Paulo. Neste contexto, só podia ser considerada bem-vinda pelo governo, pelo seu alcance social, a política escolar ruralista que, expressando-se a partir das idéias de Alberto Torres, privilegiava a vida no campo e se propunha a lutar contra o êxodo rural.

O pensamento envolvente

Alberto Torres nasceu na província do Rio de Janeiro em 1865 e faleceu no ano de 1917. Aproximou-se da problemática agrícola no período em que exerceu a função de governador do Rio de Janeiro. Suas principais reflexões sobre a realidade nacional estão nas obras *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional*, ambas publicadas pela primeira vez em 1914.

Considerava muito importante o mundo rural e, inserido nele, o homem do campo. Mas o homem brasileiro e não o estrangeiro que viera na condição de imigrante. Numa época em que a imigração era louvada por

fortes correntes de pensamento, Alberto Torres a considerava um grave problema da formação nacional. Entendia que a terra era fértil e a atividade do trabalhador nacional competente para dela tirar o seu sustento.

Os assuntos educacionais, desde muito o preocupavam; em seu entendimento, o ensino primário devia ser gratuito, bem como o ensino profissional no campo. Fazia sérias críticas à educação:

Nunca tivemos um serviço de propaganda e de estímulo, para a aplicação das atividades. Organizamos, pelo contrário, uma instrução pública que é um sistema de canais de êxodo da mocidade do campo para as cidades e da produção para o parasitismo. (GENTIL, 1932, p.340).

Pode-se dizer que Alberto Torres desbravou uma nova linha de reflexão no nacionalismo brasileiro. Diferente do nacionalismo cívico de Olavo Bilac, que se voltara para a obrigatoriedade do serviço militar e a necessidade de forjarem-se cidadãos. Diverso também do nacionalismo orgulhoso de Afonso Celso expresso no livro *Por que me ufano de meu país*. Alberto Torres denuncia a miséria do povo brasileiro, provocada principalmente pela insuficiente produção agrícola do país, o atraso e a desorganização social e aponta a precariedade da educação. Enfim, ao falar sobre o Brasil, não deixa muito lugar para sonhos:

Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos, não são pessoas, não são valores. Tudo quanto por eles se faz, é dar-lhes má e insuficiente instrução. (TORRES, 1933, p.297).

Com a morte de Alberto Torres, em 1917, esvaziou-se a vida polêmica que sempre deixara suas idéias no centro dos debates, e seus livros, salvo uma plêiade restrita de intelectuais, foram ficando esquecidos pelo pensamento social brasileiro. Somente após a revolução de 1930 esta situação passou a apresentar mudanças e, lá pelos anos 1932-1933, os livros de Alberto Torres começam a ser reeditados. Suas concepções, seu modo de ver o mundo, passaram a ser incorporados por diversas correntes intelectuais e políticas, contudo, sem terem antes passado pelo crivo de uma análise crítica. Alberto Torres era visto como um intelectual que elaborara “soluções” para os problemas brasileiros; nele buscava-se principalmente o apoio a metas com características pragmáticas.

O apelo de Alberto Torres era no sentido de que os intelectuais brasileiros deixassem de seguir os modelos europeus e passassem a ser a força social necessária para a *organização nacional* e para que se forjasse uma *consciência nacional*. Nos anos seguintes, “Alberto Torres seria visto como o precursor incontestado dos pensadores autoritários de todas as tendências.” (PÉCAUT, 1990, p.25). Ocorre, de fato, a partir de 1915, um processo de conversão dos intelectuais em agentes políticos, que terá diferentes perfis, mas sempre estarão presentes as idéias de modernização cultural, de ressurgimento católico e de posições antiliberais.

Ao analisarem as décadas de 1920 e 1930, muitos autores chegam a afirmar que Alberto Torres foi o pensador dos movimentos de direita que então eclodiram no Brasil. No decorrer dos anos de 1930 e 1940, suas idéias ganham novos impulsos pelo fato de proporem idéias nacionalistas e de defenderem as riquezas do país, pensamento estimulado pelas hostes integralistas. Mas a verdade é que, quando atualmente analisadas, muitas de suas teses não mais se ajustam à categoria de “conservadoras”. Esta mudança de perspectiva ocorrerá principalmente a partir de 1945, quando as concepções antiimperialistas foram assumidas como bandeiras de luta dos grupos brasileiros considerados politicamente como de esquerda.

Sociedade dos amigos de Alberto Torres

Na Constituição de 1934 figuram algumas idéias que Alberto Torres defendera, mas, para que conseguissem penetrar no debate da Assembleia Constituinte, fora necessário uma atividade preliminar: algumas lideranças haviam se ocupado em divulgá-las. Um dos meios de maior destaque para o alcance deste objetivo foi a fundação da “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”, em 10 de novembro de 1932, na cidade do Rio de Janeiro.

Amplios serão os caminhos do agir da Sociedade:

- a) ocupa-se com a exegese da obra do patrono e, assim, surgem novas publicações e livros;
- b) concretiza ações diversificadas como realização de congressos de ensino rural, defesa de reservas florestais, cursos de formação para professores, atividades relacionadas com saúde escolar, luta por lactários e postos de higiene infantil, organização de semanas ruralistas, apoio a Clubes Agrícolas Escolares etc.

A “Sociedade Amigos de Alberto Torres” logo cria núcleos regionais/estaduais. No estado de Santa Catarina o núcleo se encaminha rumo a duas vertentes principais de atuação: as Semanas Ruralistas e os Clubes Agrícolas Escolares. Estas associações escolares deveriam ser filiadas à sede, no Rio de Janeiro ou ao diretório regional/estadual, na cidade de Florianópolis, mas em breve predominará neste espaço a influência do governo estadual de Santa Catarina, especialmente do Departamento de Educação. Na Diretoria Regional dos Clubes Agrícolas Escolares, empossada em 5 de setembro de 1935, percebe-se claro uma forte presença governamental, estadual e federal:

Presidente: Major Olívio Januário de Amorim
Prefeito de Florianópolis

Vice-presidente: Luiz Oscar Carvalho
Diretor da Imprensa Oficial

Secretário: Prof. Elpídio Barbosa
Sub-diretor Técnico do Departamento de Educação

Assistente Técnico, dr. Afonso Maria Cardoso da Veiga
Chefe da Sub-inspetoria Agrícola Federal

Delegado dos Clubes Agrícolas Escolares
Prof. João dos Santos Areão

Inspetor Federal da Nacionalização do Ensino

Representante do Estado, na Capital Federal,
junto à “Sociedade Amigos de Alberto Torres”

Prof. Luiz Sanchez Bezerra da Trindade
Diretor do Departamento de Educação
(BARBOSA, 1936, p.12).

Logo esses Clubes passaram a receber também uma assistência técnica do Ministério da Agricultura, que se encarregava de fornecer sementes de árvores destinadas à ornamentação ou ao reflorestamento, e também frutíferas. Este é o quadro geral institucional que cercava os Clubes Agrícolas. É interessante constatar que no ano de 1938, com ares de “assunto de Estado” essas associações figuravam no Relatório do Interventor Federal Nereu Ramos encaminhado a Getúlio Vargas, Presidente da República (SANTA CATARINA, 1938, p.34).

Na época, o governo federal criou o Serviço de Informação Agrícola, vinculado ao Ministério da Agricultura que, no ano de 1941, mostrou-se muito atuante. Milhares de publicações e cartazes foram editados. O setor de cinematografia produziu muitos filmes sobre temas rurais. Organizou-se uma biblioteca especializada e folhetos agrícolas dos Estados Unidos foram traduzidos para a divulgação. Esse país simbolizava, naqueles tempos, os êxitos que poderiam ser obtidos com a utilização da chamada “agricultura científica”, que exigia uma escola rural adequada a esses objetivos. Buscava-se seguir o modelo americano e este indicava que

não se deve pleitear para a juventude dos campos uma educação idêntica à das crianças das cidades. As diferentes necessidades e as diversidades de ambiência devem ser levadas em conta. Mas, em nenhum caso é lícito ministrar uma educação inferior aos jovens da cidade ou dos campos, cumprindo, ao contrário, oferecer ao discipulado as mais amplas possibilidades de instrução, conforme a espécie exigida. As necessidades da juventude rural são fundamentalmente simples: professores habilitados e animados do espírito profissional, escolas higiênicas e bem construídas e um *curriculum* dinâmico. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1941, p.51).

O Serviço de Informação Agrícola assumia múltiplas funções, como a animação da campanhas do gasogênio,¹ e ainda, o fomento agrícola, a defesa sanitária das plantas e dos animais, o reflorestamento, a colonização, o apoio aos Clubes Agrícolas Escolares. No que diz respeito aos últimos, prestava-lhes assistência técnica e material. Nesse conjunto de ações, que em sua maioria visavam desenvolver a agricultura e recuperar do abandono as populações rurais, até mesmo a Associação Brasileira de Educação reconhecia estar muito presente o pensar de Alberto Torres.

No período 1935-1941 a vida dos Clubes Agrícolas em Santa Catarina foi regulada por normas jurídicas que se mantiveram praticamente iguais no tempo. A pesquisa empírica, porém, ao se ocupar com o estudo da dinâmica interna da escola elementar, expressa em documentos escolares, conseguiu indicadores no sentido de que, apesar do conservadorismo legal, os Clubes Agrícolas apresentaram modificações em suas linhas de atuação, em suas táticas, no decorrer desse tempo. Em que direção? Inicialmente visavam atingir os objetivos do ruralismo e combater, com muita veemência, o êxodo rural; após, essas associações parecem ir progressivamente adquirindo maior sensibilidade para com a vida urbana.

O Clube Agrícola, com as muitas relações que propiciava, era entendido como uma preparação para a vida em sociedade, através do exercício de atividades agropecuárias; isso como uma meta mais geral. O grande objetivo pragmático, todavia, dirigia-se no sentido das atividades agrícolas desenvolvidas nos terrenos do estabelecimento escolar:

Na regularidade harmoniosa das hortas, na ornamentação florida dos jardins, adquire a criança o espírito de ordem, o hábito de observação, a reflexão, a prudência, a previsão, a firmeza da vontade, a energia, a afeição ao trabalho, pendores que nascem da luta consciente do homem com a Natureza e que somente se adquirem, atuando.

Há de movimentar-se a criança atraída pelo trabalho e compreenderá o valor da cooperação e da disciplina. Sentir-se-á ela dominada pelo espírito de responsabilidade, e terá vontade de estudar, pois todas as atividades rurais, desenvolvidas no clube, terão necessidade das matérias estudadas na escola. (SANTA CATARINA, 1941a, p.168).

Os alunos muito se identificavam com essas atividades. Eram geralmente filhos de colonos que, com a ajuda da mão-de-obra familiar, exploravam a pequena propriedade rural. Em outras palavras, tratava-se de crianças do campo; as responsabilidades que assumiam, como membros do Clube Agrícola, pareciam-lhes um prolongamento dos trabalhos a que estavam habituados a fazer no decorrer do dia a dia: capinar, plantar, recolher os ovos, tratar dos animais; plantar cenoura, alface, batata e também flores.

A existência do Clube Agrícola começava no âmbito da escola quando, em livro próprio, eram registrados dados como: nome do estabelecimento escolar; data da fundação da associação; denominação, nome do patrono escolhido e lema que o regeria; número de alunos-sócios; nome dos alunos integrantes da Diretoria (eleita) e do professor orientador das atividades; dados de localização etc. O processo iniciava-se com um professor da escola designando a data em que seria fundado o Clube Agrícola e eleita a sua primeira diretoria. Nesse dia, reunidos os alunos e mesmo os pais que desejassem assistir ao ato, o professor que dirigia as atividades convidava alguns dos presentes para comporem a mesa, procedia a leitura dos nomes dos alunos que se haviam mostrado favoráveis à iniciativa e fazia a leitura dos estatutos da associação. Ato contínuo, havia a eleição da diretoria. Mas apesar desse clima, à primeira vista de genuína liberdade

democrática, estava muito presente o formalismo, e este, lembrando da lição de Max Weber, constitui-se em uma eficiente forma de controle. Assim, encerrando as atividades, o aluno-presidente recém-eleito poderia dizer livremente algumas palavras ou, se preferisse, ler um texto que já estava elaborado, o que era quase a regra; este nada tinha da linguagem de um aluno de escola elementar, como pode a seguir ser observado:

Agradeço por mim e pelos meus companheiros a nossa escolha para dirigir o Clube Agrícola ora fundado nesta escola. A vossa confiança em nós depositada impõe a obrigação de trabalharmos bastante para que o nosso Clube caminhe sempre para frente, mostrando que cada um de nós pode produzir, tanto quanto as demais crianças de outras escolas vêm fazendo pela sua educação. Não trabalhar é prova de fraqueza, e nós que não conhecemos fadiga, havemos de levar avante o ideal de tôdas as escolas do Brasil, que é o de formar homens conscientes do valor de sua Pátria e da grandeza de sua gente. Assumindo o nosso posto, prometemos que haveremos de recompensar a vossa confiança, fazendo surgir das terras não cultivadas de nossa escola, uma quantidade de produtos que há de ser o orgulho de todos nós. (SANTA CATARINA, 1944b, p.133)

Ao dar-se a fundação do Clube, cabia aos alunos elegerem o *slogan* que deveria comandá-los ideologicamente como “A ordem é o melhor auxiliar do trabalho.” (SANTA CATARINA, 1945).² A escolha do Patrono também era uma prerrogativa dos alunos, mas chama a atenção o fato de recair sempre (raríssimas são as exceções e, nesse caso, de ordem religiosa) sobre personagens distantes do universo infantil, todavia próximas do nacionalismo vigente como Alberto Torres, Getúlio Vargas, D. Pedro I, Dona Darci Vargas, Rui Barbosa, Almirante Barroso, Benjamim Constant.

Para participar do Clube Agrícola bastava ao aluno assinar um “termo de compromisso” no sentido de dedicar-se às plantas, à organização e manutenção de pequenas hortas e jardins ou aos animais, criação de aves, coelhos, bicho-da-seda, abelhas. O público alvo da associação, nos primeiros tempos, não se restringia ao âmbito escolar pois podiam integrar o Clube Agrícola crianças não matrículas; mas era essencial que se respeitasse a idade dos sócios, sempre entre 8 anos e 16 anos. Buscava-se assim ampliar o campo de influência do Clube. Havia também a expectativa de que os sócios desempenhassem um papel educativo junto à família, reproduzindo no lar atitudes e difundindo conhecimentos.

Chama a atenção a metodologia de ensino expressa em muitos livros didáticos da época que utilizavam gravuras, músicas, poesias e cujos conteúdos estavam relacionados com os objetivos dos Clubes Agrícolas. Todos os recursos eram empregados para desenvolver a ideologia da fixação do homem no campo que tinha, como preliminar, estimular o amor à terra, o saber por ela zelar.

O espírito que estava presente nas táticas de ação dos Clubes Agrícolas atribuía-lhes, além dos objetivos internos escolares, uma meta mais ambiciosa – a de relação com a comunidade local. Fatos desta ordem, incluíam até mesmo a preocupação com as “queimadas” efetuadas na região e que eram uma verdadeira tradição do Brasil rural. Contra estas, mediante uma construção poética, desejava-se educar o aluno no respeito à natureza.

(...) Não permita, meu menino,
que seu pai faça queimada,
que destróe o arvoredo
espantando a passarada.

Queimada calcina a terra,
desabrigando animais.
Não retém na flor do solo
nem mesmo as águas fluviais

São as árvores, meu filho,
grandes amigas da gente.
Dão-nos os frutos, as flores
que são mais tarde semente.
(RODRIGUES, 1944, p.115-116)

A atuação do Clube Agrícola tinha, de fato, à sua disposição um horizonte muito largo: os Clubes deviam até agir no sentido de que as praças e as ruas locais estivessem sempre arborizadas. Mas havia responsabilidades mais específicas, mais pontuais como organizar, de forma adequada às culturas da região, festividades como o *Dia do Café*, o *Dia da Abelha*, o *Dia da Laranja*. Esses eram “espaços de liberdade” de escolha. Já o *Dia da Árvore* e o *Dia da Ave* constituíam-se em datas festivas comum a todos os Clubes Agrícolas Escolares. Eram dias de congressamento geral.

Naqueles tempos muitas ações, que posteriormente passariam a ser de responsabilidade de setores governamentais específicos, eram atribuídas aos Clubes Agrícolas Escolares como: “ministrar informações estatísticas e outras relacionadas com a produção, a indústria, o comércio e o transporte”; “combater as queimadas e derrubadas de árvores”; “trabalhar pelo reflorestamento”; “combater a erosão e as pragas das lavouras e criações.” (SANTA CATARINA, 1941a, p.169).

O trabalho dos clubes

Os Clubes Agrícolas Escolares mantiveram, por longo tempo, como grande meta mostrar os perigos do urbanismo e do abandono dos campos. Para atingi-la buscava-se desenvolver nos alunos a familiaridades com o trato da terra; dessa familiaridade resultaria o amor à vida no campo. Havia a expectativa de que esses Clubes desenvolvessem várias frentes de atividades, sendo que a horticultura era considerada das mais importantes, sempre muito apoiada em “instruções sobre o cultivo” que tinham características bastante instrumentais, incluindo até o tamanho dos canteiros e sua altura, tudo pensado de forma a “facilitar o trabalho das crianças.”

A dimensão educativa escolar das hortas não estava esquecida e eram vistas como uma fonte capaz de fornecer subsídios para o desenvolvimento do programa de ensino. Das mais diversas formas, até os legumes servindo de inspiração e modelo para as aulas de desenho. Tudo, enfim, era considerado como capaz de fornecer aos alunos,

oportunidades de observar, experimentar e sentir o trabalho da horta; a importância das hortaliças na alimentação humana e animal; o estudo das hortaliças dentro das Ciências Naturais: as sementes, a raiz, o caule, as folhas, os frutos; as hortaliças formando economias e influenciando na melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras; conhecendo os legumes herbáceos, legumes tuberosos e legumes frutos.

As crianças fazendo a horta, plantando hortaliças, acompanhando o seu desenvolvimento, observando a forma das folhas, das raízes, a cor, desenhando-as, aplicando-as aos trabalhos manuais, historiando as hortaliças, as hortaliças fornecendo motivos de aulas; as crianças fazendo dramatizações, auditórios em torno das hortaliças.

Os produtos da horta formando pequenas indústrias rurais, seu conhecimento e aproveitamento pelas crianças.

Mostrando às crianças como se organiza a horta. O solo deve ser fofo, bem adubado, humoso. A semente, nova, de boa procedência, expurgada; a água ser abundante, constante e nunca estagnada; os canteiros com as dimensões de 0,80 de largura, a 3 e 5 metros de comprimento, nunca de altura superior a 0,20 para facilitar o trabalho das crianças. (SANTA CATARINA, 1941a, p.178).

Os Clubes Agrícolas costumavam ser objeto de análise cuidadosa ao dar-se a visita do inspetor escolar. Se não tivessem sido organizados, o que era raro, fazia-se necessário justificar bem. Isso ocorreu em 7 de abril de 1941, quando o Inspetor Escolar José Joaquim de Lima Xavier visitou a Escola Estadual de Matador, município de Rio do Sul. O estabelecimento escolar tinha em funcionamento as associações Caixa Escolar, Círculo de Pais e Professores, Liga Pró-Língua Nacional, Pelotão de Saúde, Liga da Bondade, Jornal Escolar e Museu; revelava uma dinâmica interna bastante intensa. Mesmo assim, fazia-se necessário explicar o motivo pelo qual não fora criado o Clube Agrícola, buscar o “porquê”. No Termo de Visita assinado pelo Inspetor Escolar figura a justificativa: “Por faltar terreno (o existente é pequeno e verificou-se ser impróprio) não foi fundado o clube agrícola.” (SANTA CATARINA, 1941b).

A situação acima era exceção, sendo muito comuns áreas de 400m² a 800m². Na região de Bom Retiro, o Clube Agrícola “Manoel Dutra Bessi”, do Grupo Escolar Alexandre de Gusmão, tinha uma área total de 1.200m², dos quais estavam cultivados 600m² (SANTA CATARINA, 1943a). Algumas escolas eram mais privilegiadas como, na cidade de Blumenau, o Colégio D. Pedro II que dispunha de uma bela área de 30.800m². Nem sempre era possível ter tão expressivo espaço à disposição. Esse era o caso do Grupo Escolar Arquidiocesano São José, na cidade de Florianópolis. As atividades desenvolvidas adequaram-se ao disponível: “conservação do jardim existente no pátio de recreio, e cultura de plantas nas salas de aula.” (SANTA CATARINA, 1943a).³ Nos novos Grupos Escolares que seriam construídos a partir de 1944, planejava-se reservar uma adequada área de terra, retangular, para ser usada pelo Clube Agrícola. Consta-se assim que era tão forte a presença dessas associações na realidade escolar, que já demonstrava uma força capaz de afetar o projeto arquitetônico das escolas.

A questão do terreno era pois fundamental. Depois de identificado e conhecido tecnicamente, chegava a hora do planejamento, a partir da quantidade e da qualidade da terra disponível. Era preciso pensar na horta, no pomar, no bosque, no cultivo de ervas curativas caseiras; e nos locais para guardar os instrumentos de trabalho e localizar a estrumeira.

Até agora se enfocaram muitos aspectos referentes aos Clubes Agrícolas. O regimento e a documentação complementar indicam que suas tarefas não eram modestas. Havia muito a fazer. Mas em que momento do cotidiano escolar essas tarefas eram cumpridas? Quanto tempo demandavam? Por vezes (raras) essa informação aparece, mas no bojo de outras descrições. No documento a seguir, o tempo de duração das atividades no Clube Agrícola figura bem ao final do relatório.

Relatório de atividades

Escola Mista Estadual Desdobrada de Estrada Santa Catarina, km. 5
Município de Joinville

Ano 1944

Regente: Professora Ana Soares Paulo

Clube Agrícola Santa Cecília

Fundação: 25 de setembro de 1943

Sócios: são todos os alunos desta escola.

As sessões são realizadas a cada 15 dias.

A planta do terreno da escola é de 54 m².

Cultura: aipim, milho, feijão, pepino, tomate, couve e cebolas.

Jardim: margarida, cravinas e dalias.

Colheita: o que mais produziu foi o feijão que foi vendido

Ata da criação do Clube

Aos 25 de mês de setembro de 1943, na sala de aula da Escola Mista Estadual Desdobrada da Estrada Santa Catarina, km. 5, no município de Joinville, presentes as professoras e alunos foi inaugurado o Clube Agrícola desta escola. A pedido dos alunos passou a chamar-se Clube Agrícola “Santa Cecília.”

Trabalhamos às quartas e sábados 1:20 minutos depois do recreio.⁴
(SANTA CATARINA, 1944a).

Os produtos das hortas escolares, muitas vezes, eram vendidos, ato que se legitimava pelo fato de os recursos serem destinados à caixa dessa associação, à sopa escolar ou a outro objetivo considerado de importância similar; somente a partir de 1944, estabeleceu-se que a produção dos Clubes Agrícolas devia ser vendida para “exercitar o sentido econômico” (SANTA CATARINA, 1944b, p.136). A Escola Estadual de Estrada Guilherme, no município de Joinville, ano de 1944, assim relata a colheita e a venda de seus produtos:

Cultura: repolho, cenoura, rabanete, couve. Possui um jardim e três vasos floridos. Foi usado como adubo casca de arroz. Colheita: o que mais se produziu foi o repolho e cenoura. Foram vendidos rendendo a quantia de Cr\$10,00; sendo que Cr\$5,00 foi empregado na compra de sementes e Cr\$5,00 entregue à biblioteca.⁵ (SANTA CATARINA, 1944a).

Sobre o trabalho e a produção dos Clubes Agrícolas Escolares, há um relato típico localizado em correspondência de um aluno de escola da região de Araquari, que bem ilustra o funcionamento da associação. Diz respeito à Escola Estadual de Guamiranga:

O que mais se produziu foi couve, repolho, alface e amendoim. Uma parte do produto foi vendida e outra distribuída entre os alunos. A atividade do clube durante o ano foi: capinação, reforma da cerca do clube agrícola, confecção de mais canteiros e replantação do canteiro de flores.⁶ (SANTA CATARINA, 1945).

O destino das flores

No desenvolvimento de suas atividades nos Clubes Agrícolas, o cultivo das flores cabia às meninas. Mas que finalidade era dada às flores? Não seguiam a sina prosaica das hortaliças que podiam ser vendidas. Aguardavam-nas destinos relacionados com a educação estética e com a postura política do momento nacional então vivido.

No âmbito da *educação estética*, a partir de 1944, cultivar flores figurava entre os objetivos dos Clubes Agrícolas Escolares. Visava-se que, pela atividade de ornamentação de vasos e de jardins, os alunos adquirissem, o espírito de ordem, o hábito da observação. A que se

referia, todavia, o termo “educação estética”? Significava uma educação capaz de desenvolver a capacidade de apreciar o belo. Tudo se passava como se a escola, de repente, tivesse percebido a importância das plantas para o despertar de valores estéticos em seus alunos. E os Clubes Agrícolas eram a tática para atingir esse objetivo, como se constata em orientações destinadas a essas associações:

Um vaso de flores numa sala lhe transmitirá graça e perfume. Entretanto, nem todos os adotam, apesar de ser bem fácil conseguir flores. Por que? A resposta será: falta de gosto. Essa falta de gosto é uma parte da educação que a escola se propõe a dar a seus alunos, proporcionando-lhes um ambiente agradável e alegre, justamente o que melhor condiz com a sua idade. Uma criança habituada a um meio florido e perfumado, não deixará de o exigir, em sua casa, quando se lhe oferecer ocasião. (...)

O vaso florido é um trabalho pessoal e serve, por via disso, para confrontarmos o gosto dos alunos. O Clube deve, neste caso, estabelecer o dia do vaso florido premiando o aluno que melhor vaso apresentar. Os vasos servem ainda para embelezar a sala de aula e precisam ser obra exclusiva do aluno, sem o que perderia a sua finalidade. (SANTA CATARINA, 1944b, p.135).

Entre os objetivos dos Clubes Agrícolas estava mesmo o de “esforçar-se pelo ambiente alegre, florindo os canteiros e salas de aula” (SANTA CATARINA, 1944b, p.136). Na Escola Estadual Básica de Braço Serafim, no município de Itajaí, os membros do Clube Agrícola haviam plantado tomate, alface, acelga, beterraba, chicória etc. sementes recebidas do Ministério da Agricultura. Relatam ainda os documentos escolares:

Os sócios cada vez trabalham com mais amor. No jardim foram semeados diversas qualidades de flores. A escola diariamente é enfeitada com flores do jardim escolar.⁷ (SANTA CATARINA, 1943a).

As flores destinadas à **homenagem política** eram as cultivadas nos jardins dos Clubes Agrícolas. O nome de Getúlio Vargas era muito escolhido como patrono dessas associações e sua imagem também era conhecida nos mais distantes pontos do país, pois a fotografia do presidente, e de outras autoridades que partilhavam do poder, era obrigatória

não só nas repartições públicas e estabelecimentos de ensino, mas também em todas as instalações do comércio e da indústria. O procedimento fazia parte das formas de agir do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Havia mesmo uma cerimônia especial denominada “Inauguração de Retrato”, como parte da formação patriótica e da qual as escolas costumavam participar.

Inauguração de retratos

Na vila de Três Barras, com a presença de autoridades locais, numerosos escolares e compacta massa popular, foram inaugurados no dia 13 de outubro, em brilhante solenidade cívica, no salão nobre do Grupo Escolar “General Osório”, os retratos do Presidente Getúlio Vargas e Interventor Nereu Ramos. (SANTA CATARINA, 1944c, p.19).

As escolas deviam estar atentas à disposição dos retratos das autoridades. O Departamento de Educação chamava a atenção do alunado para que os retratos ficassem em situação de destaque, sempre bem visível. Em correspondência enviada pelo diretor do órgão aos alunos dos Clubes Agrícolas relatara o chocante caso de uma escola que colocara a foto do presidente em posição pouco favorável – quase atrás da porta. No dia 23 de março de 1943, do Grupo Escolar São José, na cidade de Itajaí, uma aluna escreveu sobre essa questão:

No dia 23, terça-feira, a nossa Irmã Maria de Lourdes, leu-nos a sua carta. Fiquei espantada quando escutamos aquela passagem em que o senhor nos conta que o retrato do Dr. Getúlio Vargas foi colocado quasi atrás da porta. (SANTA CATARINA, 1943c).

Considerava-se melhor ainda que as fotos das autoridades pudessem ser vistas pelos passantes. Em 6 de abril de 1943, em uma escola mista estadual da zona rural, na região do Vale do Itajaí, uma aluna escreveu:

O quadro do Dotor Getulio Vargas esta bem em frente da porta e da de ver da estrada, também temos o quadro do Lauro Müller que esta ao lado do quadro do Dotor Getulio Vargas, tambem temos o quadro do Nereu Ramos. (SANTA CATARINA, 1943c).

As determinações eram enfáticas. Os retratos além de estarem em posição nobre dentro do espaço da sala de aula deveriam ser ornamentados com flores. Também era obrigatória a presença destas “sobre a mesa do professor, forrada com uma toalha, ficarão sómente os seguintes objetos: um vaso com flores.”⁸ (SANTA CATARINA, 1943b, p.62). Eis um pouco do destino das flores cultivadas nos Clubes Agrícolas.

Nos tempos do Estado Novo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) exercia uma forte censura sobre os meios de comunicação, procurando dirigir o pensamento nacional; no Brasil, este é “o primeiro momento em que se tenta dar um sentido mítico ao Estado, personalizado não só no que se denomina Estado Nacional, ou Nação, como também em seus expoentes e chefes.” (CARONE, 1988, p.166). Nessa vertente de personificação, o Presidente Vargas simbolizava a nação e era o responsável único pela modernização do país. Assim sua fotografia merecia ser cercada de flores. Flores cultivadas pelo Clube Agrícola.

No dia 19 do corrente, o senhor professor tirou o quadro do Doutor Getúlio Vargas da parede para nós o enfeitarmos, fizemos uma grinalda e alguns boques. O senhor professor explicou o que o senhor Doutor Getúlio Vargas fez na cidade de Volta Redonda. Ele explicou da fábrica de aviões e motores, feito pelo Doutor Getúlio Vargas, nós gostamos muito porque nós temos um grande chefe. Quase todos os alunos mandaram um telegrama felicitando-o pelo aniversário.

Tudo pela grandeza do Brasil - Luci Vust⁹. (SANTA CATARINA, 1945).

Chama a atenção, nesse documento escolar, a expressão usada pela aluna ao referir-se ao Presidente Getúlio Vargas: “nós gostamos muito porque nós temos um grande chefe”. As palavras denotam, de um lado, um cunho de submissão e de outro, de paternalismo. Ambas bem ajustadas à ideologia do Estado Novo – o termo “chefe”, de cunho autoritário, tinha também por base a idéia de que a democracia não passava de um ficção liberal. Só

o Chefe da Nação *ampararia e realizaria* os interesses coletivos. Evidencia-se desta forma, na construção ideológica de Vargas, uma tríade: o povo frágil e desamparado, o Chefe magnânimo e preocupado com *seu* povo e, finalmente, um conjunto de representantes [deputados, senadores] facciosos e corruptos, traidores do *interesse popular*. (FONSECA, 1989, p.285).

Getúlio Vargas, Presidente da República, sim. Mas “chefe” constituía-se na denominação usada nos momentos de apelo ideológico; era a expressão que circulava nos meios de comunicação, que estava muito presente nos discursos de Vargas mas penetrava até nos textos elaborados por alunos da escola elementar.

Poder e Moral

Os Clubes Agrícolas são passíveis de serem analisados sob óticas bastante diversificadas, por vezes, até gerando certa perplexidade. Assim, de um lado, podem ser relacionados com a contribuição de Foucault, e de outro, com a obra de Emile Durkheim e o pensamento de John Dewey.

O **poder** é uma questão que logo chama a atenção. O poder em seu sentido amplo, entendido como uma influência intencionalmente exercida visando direcionar a(s) conduta(s). Ou situado no âmbito do poder político, de decisões de autoridades políticas onde a ordem legal influi fortemente nas situações, ao estilo da dominação legal-burocrática segundo Max Weber. Lembra também o “poder disciplinar” de Foucault, na obra *Microfísica do poder*, entendido como um tipo que, no que diz respeito à sua extensão, funciona como uma rede que age sem encontrar obstáculos ou fronteiras; quanto à sua natureza, é uma técnica, um dispositivo, um instrumento capaz de produzir comportamentos.

Como se sabe, os Clubes Agrícolas Escolares de Santa Catarina estavam ligados, por uma forte rede de relações, com a cidade do Rio de Janeiro. Nos primeiros tempos, com a sede nacional da Sociedade Amigos de Alberto Torres e, no longo período que vai de 1935 a 1945, com o Ministério da Agricultura (Serviço de Informação Agrícola), de onde partiam orientações e ajudas para as escolas, na forma de sementes, instrumentos agrícolas etc. Pode, todavia, surgir uma pergunta. Por que, em um país de tão grande extensão territorial, correspondências de modestas escolas elementares, geralmente rurais, deviam chegar a tão altos escalões do governo federal? Uma resposta plausível afirma que essas relações, com as “ajudas” e “orientações” que propiciavam da parte governamental e os “relatórios” que exigiam das escolas e principalmente dos alunos, faziam parte das táticas do “poder disciplinar”.

A **moral** também foi um fator importante na eficiência dos Clubes Agrícolas Escolares, cujas atividades envolviam assuntos tão diversos como a organização do *Dia do Mel*, o reflorestamento, além do cultivo das hortas e jardins. Assim, buscavam solidez em um código de conduta moral integrado por princípios filosóficos, morais e políticos que em muito lembra a obra de Emile Durkheim, *Sociologia, educação e moral*. Amadurecido no correr do tempo, o código de conduta oficializado a partir de 1944, destinava-se aos alunos.

Decálogo do sócio do clube agrícola

Ser trabalhador;
Tratar fraternalmente seus colegas;
Obedecer às ordens dos seus chefes;
Ter boa conduta na escola ou fora dela;
Dedicar parte de sua atividade em pról do Clube;
Ter em casa, pelo menos um metro de terra cultivada;
Estudar com dedicação os assuntos referentes ao Clube;
Proteger os animais e plantas;
Colaborar em todos os empreendimentos da sociedade;
Ser um atento vigilante às causas do Clube.
(SANTA CATARINA, 1944b, p.136).

Um Decálogo, cujo nome lembrava as leis de Deus e que se desejava com a força dos dez mandamentos bíblicos; apoiava-se no entendimento de que todos os fatores que integram a vida escolar, mesmo as práticas escolares, podiam contribuir para a educação moral dos alunos. Esta era uma lição de Aguayo, autor muito lido na década de 1940, em seu livro *Didática da Escola Nova*.

O Decálogo do Sócio do Clube Agrícola apresentava uma moral de forte tom humanista; mas nessas associações escolares estará presente também uma moral de tom mais pragmático, com raízes em John Dewey (1859-1952). O pensamento de Dewey visava, de fato, uma dimensão econômica e utilitária em busca do progresso político-social. Contudo, para que essa transformação ocorresse num clima de ordem, entendia ser fundamental que as escolas ensinassem seus alunos a produzir e a resolver problemas, de acordo com a dialética do pragmatismo utilitário.

Bastante influenciado pelo pensamento sociológico de Durkheim, é considerado como a primeira voz que se opôs à pedagogia intelectualista proposta por Herbart, contrapondo-lhe “a idéia ativista do ‘ensino pela ação’ (*learning by doing*), pois só a ação manual e intelectual promove a experiência e a educação não é outra coisa senão uma contínua reconstrução da experiência.” (LARROYO, 1974, p.724-725).

Ao analisar os Clubes Agrícolas Escolares, pode-se perceber a influência do pensamento de John Dewey expresso no “aprender fazendo”: elaborar correspondências e relatórios, organizar festas junto à comunidade, trabalhar no reflorestamento, organizar o caixa com o registro de débitos e créditos, participar das ações relacionadas à prevenção de doenças e à higiene escolar, fazer as hortas escolares, vender os produtos agrícolas etc.

A instituição escolar, segundo John Dewey, deveria tornar-se uma sociedade embrionária, uma comunidade em miniatura, mediante um contato mais estreito com o ambiente e com a realidade social do trabalho. Assim, nas orientações oficiais emanadas do Departamento de Educação figurava, de forma expressa, o entendimento de que os Clubes Agrícolas deveriam ser uma “miniatura da sociedade”. A reflexão teórica do autor também valorizava muito as atividades escolares desenvolvidas de forma conjunta e, nesses Clubes, as ações eram fundamentalmente implementadas como atividades de grupo.

O modelo político preconizado por Dewey, em âmbito de estruturação do Estado e de organização escolar, era o democrático e, nesse sentido, foi muito divulgada a sua obra *Democracia e educação*. E por falar em democracia, chama a atenção o fato de que, no regime fortemente autoritário do Estado Novo, em posição de discrepância, a diretoria de alunos responsável pelos Clubes Agrícolas Escolares era eleita. Seria um louvor a esse modelo político? Possivelmente não. Convém lembrar que o governo Vargas se auto-intitulava democrático.

A obra de John Dewey apresentava posturas críticas no sentido de apontar inadequações existentes entre a organização da sociedade e o sistema de ensino, mas valorizava a ordem social; não preconizava um novo modelo partir de uma reorganização dos meios de produção. Suas análises eram mais norteadas pela dicotomia *certo* e *errado*, a partir de uma visão de valores norte-americanos. Usando agora expressão de Pierre Bourdieu, esses valores integravam uma *cultura arbitrária*, mas eram tratados por ele como valores absolutos.

Uma educação conservadora

Em 1944, novas normas, pelo Decreto n.2.291 de 28 de abril, passaram a regular a vida dos Clubes Agrícolas Escolares de Santa Catarina. Às ações concretizadas pelos Clubes Agrícolas continua sendo atribuído um caráter educativo como “exercitar o sentido econômico”, ao ser vendida a produção do Clube. Mas já não se fala mais, como nos primeiros tempos, nos “perigos do urbanismo e do abandono dos campos”. É chegada a hora de uma mensagem que se concentra em “mostrar as vantagens da vida no campo”. Mas a grande meta principal foi mantida: “propagar o amor à natureza e ensinar rudimentos das atividades agrícolas.” (SANTA CATARINA, 1944b, p.132).

A partir de 1935, um dos mais importantes objetivos do Clube Agrícola em relação ao cultivar a terra era “dignificar o trabalho manual; elevar e engrandecer a vocação e profissão de agricultor”. Já, no regulamento de 1944, o ato de cuidar da terra continuava associado ao amor à Pátria; mas o trabalho no campo não é mais visto como uma *missão* e não mais ocorre referências à *profissão* de agricultor. O tempo correrá e essas representações ficaram perdidas no caminho.

Em 1944, nas atividades dos Clubes Agrícolas não estão mais presentes preocupações com o “melhoramento permanente da vida rural”, com o “formar uma consciência sanitária”, com a difusão da “agricultura científica”. Não se discorre sobre a necessidade da policultura, idéia que lembra muito as pregações de Alberto Torres. São idéias que desapareceram no horizonte. Mas são colocados, ou reforçados, outros objetivos para os Clubes Agrícolas. Como “trabalhar para o reflorestamento” e “preparar e cuidar do bosque”; a árvore se torna tão importante como a hortaliça.

Percebe-se ainda, de modo geral, um deslocamento da sensibilidade dos Clubes Agrícolas que agora, década de 1940, parece mais afinada com o mundo das cidades, no estilo das pequenas cidades, típicas do interior de Santa Catarina. A realidade urbana, como pano de fundo, por vezes manifesta-se com suas características e dificuldades. Antes, os Clubes Agrícolas falavam em suas terras de cultivo em extensões de 400m² a 800m² - usuais em zona rural e por certo difíceis de disponibilizar em zonas urbanas. Neste novo contexto, nota-se que o discurso apresenta mudanças e passa a ser salientado que a extensão da terra não é um elemento tão relevante assim, bastando um vaso de flores ou o cultivo de algumas orquídeas.

Como elemento novo no campo da educação moral, no regulamento de 1944 dos Clubes Agrícolas encontra-se: “mostrar o valor das autoridades e o zêlo pela palavra assumida”. A primeira questão, por certo, está relacionada com o desejo de educar os alunos para a ordem. Já a expressão “zêlo pela palavra assumida” lembra Oliveira Vianna em sua obra *Populações meridionais do Brasil*. Nesse estudo, o autor analisa a mentalidade dos habitantes do campo; contrapondo-se à ironia que as cidades dirigem aos homens de formação rural, aponta os suas qualidades: “Uma é a fidelidade à palavra dada. Outra, a probidade. Outra, a respeitabilidade. Outra, a independência moral.” (VIANNA, 1987, p.50). A questão do “zêlo pela palavra assumida”, harmoniza-se com a tradição popular ao afirmar: “um fio de barba vale tanto como um documento assinado”.

Os Clubes Agrícolas de Santa Catarina serão regidos, a partir de abril de 1944, por novas normas, mais identificadas com a modernidade. Em termos de realidade política nacional, o decorrer desse ano marca o “início do fim” do Estado Novo, processo que se acelerará no ano seguinte: em 29 de outubro de 1945 ocorre a renúncia de Getúlio Vargas. A presença dos Clubes Agrícolas nas escolas catarinenses não se encerra aí, mas esta data demarca o recorte histórico do presente estudo.

Falar sobre a importância do mundo rural para o Brasil, especificamente da década de 1940, pode gerar alguma perplexidade. Trata-se de uma fase histórica conhecida pela urbanização e pelo forte processo de industrialização que então se implementa. Mas a verdade é que essa modernização do país colocaria o mundo rural em uma posição de “integração subordinada” – o *campo* perante a hegemonia da *cidade*. E nesse sentido vão continuar convivendo a *cidade*, referida à modernidade, e o *campo*, relacionado com o antigo.

Há reconhecidamente um caráter de ambigüidade manifesta no período histórico que se inicia na década de 1930. Ao lado de valores conservadores vigentes em várias regiões do país, o Estado Novo colocou o Brasil na modernidade; dessa situação há indicadores no progresso tecnológico, na busca de racionalização da produção, numa maior complexidade do aparelho político-administrativo em função de novos problemas e exigências. Nesse contexto, a Segunda Guerra agiu como um elemento impulsionador que abriu espaço para alguns países do chamado capitalismo tardio:

A história do governo de Vargas de 1930 a 1945 não deixa de ser, em certo sentido, a história de como o governo brasileiro aproveitou esta oportunidade histórica, redirecionando a economia, cujo centro dinâmico de acumulação passaria gradualmente ao setor industrial. (FONSECA, 1989, p.284).

É preciso, todavia, entender essa “modernidade” e estar atento ao fato de que as estruturas de poder podem alterar-se rapidamente: chegam novas personagens, são abertos novos caminhos para a ascensão social, criam-se novas sustentações do mando. Porém, “tais alterações espetaculares são, em grande parte, uma circulação de elites. As estruturas da sociedade mudam muito mais lentamente sobre todos os hábitos, os costumes, e os modos tradicionais estabelecidos.” (BELL, 1994, p.21). Este universo cultural de valores e atitudes constitui-se no campo de ação privilegiado da escola. Somente assim se poderá compreender que, no período do Estado Novo que passou à história como um dos símbolos de modernidade para o país, cultivasse uma escola tão tradicionalista e conservadora, especialmente nas zonas rurais, nas quais as escolas foram estratégias desse conservadorismo e os Clubes Agrícolas funcionaram como táticas de ação.

Notas

- 1 Nos tempos da Segunda Guerra Mundial, a gasolina como combustível destinado ao uso em automóveis fora proibida em consequência do racionamento.
- 2 Adotado pelo Clube Agrícola Almirante Barroso da Escola Estadual de Guamiranga, no município de Araquari. Relatório do Clube, 1945.
- 3 Relatório do Clube Agrícola “Raulino Horn”, do Grupo Escolar Arq. São José.
- 4 Relatório de Atividades do Clube Agrícola da Escola Mista Estadual Desdobrada de Estrada Santa Catarina, km. 5. Município de Joinville. Ano 1944. (Ata de criação do Clube Agrícola “Santa Cecília”).
- 5 Relatório do Clube Agrícola “Getúlio Vargas”, da Escola Estadual de Estrada Guilherme, Joinville, 1944.
- 6 Relatório do Clube Agrícola “Almirante Barroso”, da Escola Estadual Guamiranga, município de Araquari.

- 7 Relatório do Clube Agrícola “Duque de Caxias”, da Escola Estadual de Braço Serafim, distrito de Luiz Alves.
- 8 Plano de trabalho para 1943.
- 9 Correspondência de alunos ao inspetor de ensino, da localidade de Luiz Alves, datada de 22 de abril de 1944, dirigida ao Inspetor Geral do Ensino, Professor Luiz Sanchez Bezerra da Trindade.

Referências

- AGUAYO, A.M. *Didática da Escola Nova*. 14. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Instruindo e divulgando*: comunicados de imprensa. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941. v.1, n.1-200 (1935-1940).
- BARBOSA, Elpídio. Clubes Agrícolas Escolares. *Revista de educação*: revista pedagógica. Florianópolis, ano 1, n.2, mar./abr. 1936.
- BELL, Daniel. *Las contradicciones culturales del capitalismo*. 2. ed. México: Alianza Editorial, 1994.
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DEWEY, John. *Democracia e educação*: introdução a filosofia da educação. 3. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1959.
- DURKHEIM, Emile. *Sociologia, educação e moral*. Tradução Evaristo Santos. Porto: Rés, 1984.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução e Organização de Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- GENTIL, Alcides Org. *As idéias de Alberto Torres*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932. (Organiza e sistematiza, por temas, as idéias de Alberto Torres, nas palavras do próprio autor).
- LARROYO, Francisco. *História geral de pedagogia*. São Paulo: Mestre Jou, 1974. (Tomo II).

- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: FENAME/ Fundação Nacional do Material Escolar, 1976.
- NEEDEL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- RODRIGUES, Chiquinha. *Vamos conhecer as riquezas do Brasil: segundo livro da Bandeira*. São Paulo: Bandeira Paulista de Alfabetização; A Capital, 1944.
- SANTA CATARINA. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. *Relatórios diversos - Ge 1945*. Florianópolis:[s.n.], [19—?].
- SANTA CATARINA. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. *Relatório das Associações Escolares - GE 1944a*. Florianópolis:[s.n.], [19—?].
- SANTA CATARINA. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação. *Circulares de 1943 e 1944*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944b. (Circular nº 42, de 10 de maio de 1944 / Decreto nº 2.991, de 28 de abril de 1944).
- SANTA CATARINA. *Boletim do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda*, Florianópolis. Ano 2, n.5, set./out. 1944c.
- SANTA CATARINA. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. *Clubes Agrícolas - GE 1943a*. Florianópolis:[s.n.], [19—?].
- SANTA CATARINA. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação. *Circulares de 1942*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943b.
- SANTA CATARINA. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. *Associações escolares - GE 1943c*. Florianópolis:[s.n.], [19—?].
- SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação. *Circulares 1930-1941*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1941a. (Circular nº 53, de 19 de julho de 1941).
- SANTA CATARINA. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. *Termos de Visita - GE 1941b*. Florianópolis:[s.n.], [19—?].

SANTA CATARINA. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. *Relatório apresentado em outubro de 1938 ao exmo. Sr. Presidente da República, pelo dr. Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1938.

SÃO PAULO (Estado). *Summula do pensamento que norteou os trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de ensino rural*. Realizado em S. Paulo, de 24 a 27 de agosto de 1937. Por iniciativa da Sociedade “Luiz Pereira Barreto” e sob o patrocínio do Governo do estado de S. Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 1937.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. (Coleção Brasileira, 17).

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. (Populações Rurais do Centro-sul, 1).

Agricultural clubs in Santa Catarina: ruralism and nationalism in the schools

Abstract

The purpose of this text is to analyze Brazilian ruralism in the 1940s as it was expressed in the activities of the School Agricultural Clubs. The paper is based on the results of bibliographic research of legislation and principally school documents, with Santa Catarina State as the main focus of analysis. The objectives, operations and relationship of the Agricultural Clubs with the Ministry of Agriculture and state government were studied as part of the process of establishing disciplinary power. The study also analyzes the thinking of Alberto Torres as someone who provided ideological support for the Clubs.

Key words

Agricultural Associations; Agricultural education; Ruralism; Torres, Alberto, 1865-1917.

Los clubes agrícolas en Santa Catarina/Brasil: ruralismo y nacionalismo en la escuela

Resumen

Este texto tiene por objetivo analizar el ruralismo brasileiro de la década de 1940, expreso en las acciones de los Clubes Agrícolas Escolares. Se apoyó en resultados de investigación bibliográfica, de legislación y principalmente de la documentación escolar, siendo que el Estado de Santa Catarina se constituye en la principal unidad de análisis. En relación con los Clubes Agrícolas, se estudian los objetivos, el funcionamiento, las relaciones con el Ministerio de la Agricultura y el Gobierno Estadual, como parte del proceso del poder disciplinar. También se analiza el pensamiento de Alberto Torres como elemento de sustentación ideológica de esos Clubes.

Palabras claves

Clubes Agrícolas; Enseñanza Agrícola; Ruralismo; Torres, Alberto 1865-1917.

Avenida Rubens de Arruda Ramos, 1540 –
Ap. 302
88015-700 – Florianópolis – SC
Fone/Fax 48 225-2295
e-mail: neideafiori@hotmail.com

Recebido em: 12/08/2002
Aprovado em: 25/08/2002